

# Mudanças no Conselho de Ética

*Senado Federal*

Relatório vai recomendar abertura de processo contra ACM e Arruda

15 MAI 2001

Anamaria Rossi e João Domingos  
de Brasília

O Conselho de Ética do Senado que tomará a decisão sobre a penalidade a ser aplicada aos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) no caso da violação do painel eletrônico não será o mesmo que, na próxima semana, decidirá pela abertura do processo contra os parlamentares. Termina no dia 30 de junho o mandato dos 16 integrantes do conselho. E nem os senadores mais otimistas acreditam que a confusão em torno da quebra de sigilo do painel será resolvida ainda neste semestre.

Os futuros integrantes do conselho serão eleitos pelo plenário do Senado. O presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), pediu aos líderes partidários que indiquem os próximos representantes. A composição atual é a seguinte: PMDB, 5 vagas; PFL, 4 vagas mais o corregedor-geral, Romeu Tuma (SP); PSDB, 3 vagas (incluindo o senador Arruda, agora sem partido-DF), bloco de oposição, 3 vagas (in-

15 MAI 2001

cluindo o senador Lauro Campos, ex-PT e também sem partido-DF). A proporcão de vagas deverá ser mantida.

Os líderes poderão indicar os nomes dos atuais integrantes para permanecerem no conselho, ou substituí-los — é o que deve acontecer, por exemplo, com os dois senadores sem partido, impedindo que Arruda seja juiz de si mesmo quando da votação do relatório. Os indicados serão submetidos ao plenário até de 30 de junho.

A abertura do processo por quebra de decoro contra Antonio Carlos e Arruda depende do relatório que o senador Saturnino Braga (PSB-RJ) apresentará ao conselho amanhã. Saturnino deve propor que seja aberto o procedimento — que até agora é apenas uma investigação — e, se aprovado, seu parecer será transformado em representação à Mesa do Senado.

Quando a Mesa devolvê-la ao conselho, estará iniciado o processo, e de nada mais valerá a renúncia dos acusados para fins de preservar direitos políticos. Depois de um longo prazo para defesa, oral e escrita, e depoi-

**GAZETA MERCANTIL**

mentos de testemunhas, o conselho decidirá qual a pena que deverá ser aplicada aos responsáveis.

O senador carlista Waldeck Ornelas (PFL-BA) pedirá vistas do parecer, adiando a votação para a próxima semana e dando aos envolvidos um prazo maior para negociar uma fórmula de salvação. O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), espera que Saturnino não entre no mérito da matéria em seu parecer, limitando-se a dizer se houve quebra de decoro, sem propor pena de cassação ou suspensão de mandato.

Quanto à troca dos pefelistas no conselho, o líder afirma que perguntará aos atuais integrantes se eles querem continuar. Se não quiserem, consultará os candidatos às vagas. No PMDB, Renan Calheiros diz que vai reunir a bancada para ver se o partido tomará alguma decisão conjunta. Se mantido no conselho, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) continuará na presidência até novembro, quando completam-se dois anos de sua eleição. Neste caso, o julgamento dos senadores será conduzido até o fim pelo PMDB.